

**AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO**

Autoridade de Gestão do Programa Mar 2030

Despacho n.º 6936/2023

Sumário: Designação das secretárias técnicas da Autoridade de Gestão do Programa Mar 2030.

O Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro, estabelece o modelo de governação dos fundos europeus para o período de programação 2021-2027, definindo a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de coordenação, de gestão, de acompanhamento, de certificação, de pagamento, de auditoria, bem como de monitorização, avaliação e comunicação, nos termos do Regulamento (UE) 2021/1060, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021, que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu Mais, ao Fundo de Coesão, ao Fundo para uma Transição Justa e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA), único fundo que intervém no programa Mar 2030.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2023, de 10 de fevereiro, criou a estrutura de missão para o Programa Mar (Mar 2030), doravante designada por autoridade de gestão do Mar 2030, tendo definido a sua missão e composição.

Nos termos do n.º 11 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro, os secretários técnicos são equiparados a cargos de direção intermédia de 1.º grau e, para efeitos remuneratórios, equiparados a cargos de direção superior de 2.º grau.

Nos termos do n.º 3 do mapa IV do anexo da referida Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2023, o secretariado técnico pode integrar, em simultâneo, um máximo de três secretários técnicos, os quais são livremente designados e exonerados por despacho do gestor do programa Mar, nos termos do n.º 10 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 10 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro:

1 — Designo como secretárias técnicas da autoridade de gestão do Programa Mar 2030:

- a) A licenciada Maria João Estevam Avelar Rodrigues;
- b) A licenciada Maria Teresa Pereira de Oliveira;
- c) A licenciada Sibila Maria Leitão Medina Silva.

2 — As presentes designações fundamentam-se na reconhecida aptidão, competência técnica e experiência profissional, conforme resulta das notas curriculares publicadas em anexo ao presente despacho e do qual fazem parte integrante.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 19 de junho de 2023.

15 de junho de 2023. — A Gestora da Autoridade de Gestão do Programa Mar 2030, *Dina Fernanda Sereno Ferreira*.

ANEXO

Notas curriculares (síntese)**Nota curricular de Maria João Estevam Avelar Rodrigues**

1 — Dados pessoais

Nome: Maria João Estevam Avelar Rodrigues
Data de nascimento: 29/12/1959.

2 — Habilitações Académicas

Licenciatura em Engenharia Agronómica, especialidade de Economia e Sociologia Rural, pelo Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa (1983).

3 — Experiência Profissional

Desde 1 de setembro de 2021 — Secretária Técnica da autoridade de gestão do Mar 2020 com responsabilidade, nomeadamente, na área de supervisão, controlo e acompanhamento de auditorias.

2017 a 2021 — Coordenadora de equipas de projeto na Autoridade de Gestão (AG) do Programa Operacional Mar 2020 (PO Mar 2020), no âmbito do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), dedicadas à supervisão, controlo e acompanhamento de auditorias.

2012-2016 — Chefe de Unidade de Informação, Gestão e Especificações Técnicas, Departamento de Apoios ao Investimento, do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP).

2009-2012 — Chefe do Núcleo de Especificações e Controlo de Qualidade, Unidade de Normalização e Controlo de Qualidade, Departamento de Apoios ao Investimento, do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP).

2004-2009 — Técnica superior da Unidade de Normalização e Controlo de Qualidade, Departamento de Apoios ao Investimento, do IFAP.

2006-2009 — Coordenação (partilhada) do Projeto iDIGITAL, do IFAP, relativo à reengenharia do modelo de gestão de ajudas e incentivos e disponibilização de acessos, via Internet, ao sistema de informação.

1987-2004 — Técnica superior do Instituto do Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas (IFADAP).

1986-1987 — Vogal da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização de Frutos e Produtos Hortícolas Frescos e Secos (Instituto de Qualidade Alimentar, do Ministério da Agricultura).

1985-1987 — Vogal da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização de Derivados de Frutos e de Produtos Hortícolas, incluindo os Desidratados e Congelados (Instituto de Qualidade Alimentar, do Ministério da Agricultura).

1983-1987 — Chefe de Controlo de Qualidade, da LOURIFRUTA, exercendo atividades no âmbito da normalização e exportação da Pera Rocha do Oeste e de hortícolas.

Nota curricular de Maria Teresa Pereira de Oliveira

1 — Dados pessoais

Nome: Maria Teresa Pereira de Oliveira

Data de nascimento: 3/02/1964

2 — Habilitações Académicas

Licenciada em Economia, em 1989, na vertente de Economia Internacional, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG).

3 — Experiência Profissional

Desde 30 de março de 2022, adjunta no Gabinete da Senhora Ministra da Coesão;

De 16 fevereiro de 2022 a 29 de março de 2022, assessora de Direção na Direção-Geral do Património Cultural;

De 1 de abril de 2014 a 15 fevereiro de 2022, exerceu o cargo de Diretora da Unidade de Coordenação FEDER e Fundo de Coesão da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.;

De 01-01-2008 a 31-03-2014 exerceu o cargo de Coordenadora do Núcleo FEDER e Fundo de Coesão, da Unidade de Certificação do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I. P.;

De 16-09-2005 a 31-12-2007 desempenhou funções junto da Direção-Geral de Política Regional (DG REGIO) da Comissão Europeia, enquanto perita nacional destacada;

De 16-03-1996 a 15-09-2005 desempenhou o cargo de Chefe de Divisão de Estudos e Projetos na Direção de Serviços do Fundo de Coesão da Direção-Geral de Desenvolvimento Regional;

Entre março de 1989 e 15-03-1996 exerceu funções técnicas no Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu e na estrutura de apoio técnico do PRODEP II/QCAII. Durante este período foi perita nacional destacada na DG Emprego da Comissão Europeia (de setembro de 1991 a janeiro 1994).

Nota curricular de Sibila Maria Leitão Medina Silva

1 — Dados pessoais

Nome: Sibila Maria Leitão Medina Silva
Data de nascimento: 19/11/1971

2 — Habilitações Académicas

Pós-graduação em Contabilidade, Finanças Públicas e Gestão Orçamental, no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), 2002-2003;
Licenciatura em Gestão de Empresas, no Instituto Superior de Gestão (ISG), 1990-1995.

3 — Experiência Profissional

Desde dezembro de 2017 — Secretária Técnica na Autoridade de Gestão do Programa Operacional Mar 2020, no Ministério do Mar, no âmbito do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) com responsabilidades, entre outras, na área de análise de projetos e de desenvolvimento do sistema de informação do programa;

De dezembro de 2015 a novembro de 2017 — Secretária Técnica, do Secretariado de Gestão de Projetos 2, no Programa Operacional Capital Humano (POCH), no Ministério da Educação e Ciência, no âmbito do Portugal 2020;

De abril de 2015 a novembro 2015 — Coordenadora do Secretariado de Gestão de Projetos 2, no Programa Operacional Capital Humano (POCH), no Ministério da Educação e Ciência, no âmbito do Portugal 2020;

De junho de 2012 a março 2015 — Coordenadora de Equipa de Projeto, do Secretariado Técnico para a Igualdade, na Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) (FSE);

De dezembro de 2004 a junho de 2012 — Técnica Superior no Gabinete de Gestão Financeira (GGF), atual Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P. (IGEFE), do Ministério da Educação;

De dezembro de 2002 a novembro de 2004 — Técnica Superior na Intervenção Operacional do Ambiente (IOA), no Ministério das Cidades e do Ordenamento do Território e Ambiente, no âmbito do Quadro Comunitário Apoio III (QCA) (FEDER);

De dezembro de 1999 a novembro de 2002 — Técnica Superior no Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (PRODEP), no Ministério da Educação, no âmbito do QCA II (FSE) e QCA III (FSE);

De maio de 1996 a dezembro de 1999 — Técnica Superior no Departamento do Ensino Secundário (DES), no Núcleo de Acompanhamento de Projetos (NAP), no Ministério da Educação, no âmbito do QCA II.

316574548